

# Segundo turno: votação

O Conselho Político marcou a data para que todas as matérias sejam votadas ainda este

## começa dia 21.

ANC 88  
Pasta 10/85-2  
150/1985

ano. Pimenta da Veiga promete "esforço concentrado".

O segundo turno da votação da emenda da Constituinte pode começar no próximo 21 de novembro. "No mais tardar dias 25 e 26", anunciou ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, ao sair da reunião do Conselho Político do governo, da qual participou também o presidente José Sarney.

Conforme ficou deliberado na reunião, o Congresso votará o projeto que reduz de um ano para seis meses o prazo de filiação de candidatos a partidos políticos que pretendem concorrer em futuros pleitos. "Não queremos criar impedimentos a possíveis mudanças de candidaturas em direção a determinada sigla, fato que não aconteceria se a legislação não sofresse qualquer alteração", argumentou Chiarelli.

Para que a emenda da Constituinte junto com a reforma tributária, o plano de informática e o orçamento sejam colocados em votação ainda este ano, o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, promete um "esforço concentrado", ainda a ser acertado com os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Frangeli. Será uma prova de fogo para Pimenta da Veiga, que admite que dificilmente o ambiente estará tranqüilo num plenário de 600 parlamentares. Mas ele espera não enfrentar os mesmos problemas da semana passada.

### Críticas

Nem mesmo o argumento de que o PMDB não assumiu inteiramente a identidade do governo foi suficiente para que cessassem os ataques à liderança do deputado Pimenta da Veiga. "É necessário administrar os conflitos entre os partidos que dão apoio ao governo nesse momento de natural perplexidade que o País atravessa", rebateu ontem o ministro da Previdência, Waldir Pires. "E o PMDB tem compromissos substantivos; é a espinha dorsal de sustentação do governo".

O desgaste de Pimenta da Veiga, segundo opinião de alguns parlamentares, intensificou-se depois daquela tumultuada sessão da última semana em que 11 de seus 24 vice-líderes foram contra a orientação do governo na votação da emenda Uequed, que ampliava a anistia aos militares cassados. E esse assunto continuava a ser discutido ontem no Congresso.

"Se a bancada vota contra o líder, é ele quem deve renunciar", pregava ontem o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA). E lembrou que Pimenta da Veiga, na primeira entrevista depois de ser eleito líder, prometia que sempre ficaria ao lado da bancada, mesmo que significasse se opor ao governo. "E isso nunca aconteceu", lamentou Francisco Pinto.

Para Pimenta, no entanto, a fórmula é bem mais simples. "O governo será solidário com quem for solidário com o governo", afirmou ele, ainda ontem, depois da reunião do Conselho Político no Palácio do Planalto.

Mesmo assim, Pimenta nega qualquer intenção de substituir os vice-líderes que desprestigiaram sua orientação na votação da emenda Uequed, embora confesse que vai estudar caso a caso. "Não podemos mais aceitar uma bancada mercurial, subindo e descendo, apoiando e deixando de apoiar o governo", reagiu Pimenta. "Seria até preferível o governo contar com 80 ou cem parlamentares decididos e definidos do que com 250 ou 300 parlamentares mornos."

### "Ideologia do medo"

Reavaliar o quadro, porém, não basta para o deputado Francisco Pinto. Na opinião dele, o problema é bem maior: "As lideranças partidárias fizeram um acordo precipitado com os ministros militares, sem autorização ou consulta às bancadas ou aos órgãos partidários". E a emenda Uequed foi rejeitada pelo PMDB, segundo o parlamentar, "porque ainda o partido cultiva a ideologia do medo e não porque havia risco de um retrocesso político, caso a medida fosse aprovada".

E o desfecho, que acabou adiando a votação da emenda da Constituinte, é da responsabilidade dessas lideranças, segundo ainda a análise de Francisco Pinto. Os 11 vice-líderes que votaram a favor da anistia proposta na emenda Uequed foram poupados pelo parlamentar: "Eles nada mais fizeram que cumprir o programa partidário".

Segundo análise de outros parlamentares, porém, essa discussão não deve ultrapassar a eleição de 15 de novembro, por causa da votação do segundo turno da emenda da Constituinte.

Na reunião do Conselho Político, tanto Pimenta da Veiga como o líder do PFL, deputado José Lourenço, disseram a Sarney que a Constituinte, a reforma tributária e outras matérias importantes deverão ser votadas antes do início do recesso parlamentar, marcado para 5 de dezembro. A questão da Constituinte exclusiva, contudo, parece que aos poucos vai sendo descartada. "Ela é perigosa e pode dar margem ao exercício do poder econômico mais forte nas eleições", alertou o ministro Waldir Pires.

Sarney não demonstrou empenho na modificação do artigo primeiro do substitutivo do relator Walmor Giavarina, que está sendo defendida por alguns setores do PDS. Seria para suprimir o trecho "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do futuro Congresso em Assembléia Constituinte unicameral. Pessoalmente, Pimenta da Veiga é a favor da supressão, mas disse que Sarney deixou a decisão ao Congresso.